

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 845.730 - SP (2016/0016524-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ARMANDO FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO : JOAQUIM ARTUR FRANCISCO SABINO - SP119281
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por ARMANDO FRANCISCO DA SILVA, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que inadmitiu o Recurso Especial manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO LEGAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE EMBARGOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS.

I - Em sede de agravo legal, a controvérsia limita-se ao exame da ocorrência, ou não, de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, a gerar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte, vícios inexistentes na decisão monocrática recorrida.

II - A Fazenda Pública, assim considerada a Autarquia Federal, não será condenada em honorários advocatícios nas execuções não embargadas, iniciadas após a vigência da Medida Provisória nº 2.180-35/2001.

III - Agravo legal não provido" (fl. 60e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado na alínea **c** do permissivo constitucional, divergência jurisprudencial, quanto a interpretação dos arts. 20, § 4º do CPC/73 e 1º-D da Lei 9.494/97, sustentando que seriam devidos honorários advocatícios nas execuções de pequeno valor, ainda que não embargadas pela Fazenda Pública. Afirma **in verbis**:

"ARMANDO FRANCISCO DA SILVA, agravado, qualificado nos autos, por meio de seu advogado, inconformado com o acórdão que deu provimento ao agravo de instrumento manejado pelo INSS, vem, perante Vossa Excelência, **com fundamento no CPC. arts. 496, IV, 508, 541 e 546, e na CF. art. 105, III, letra 'c'**, interpor RECURSO ESPECIAL, requerendo, após devidamente recebido e admitido, sejam suas razões, abaixo elencadas, apreciadas pelo Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

No juízo 'a quo', o magistrado, norteando sua decisão no que foi decidido no **RE 420.826**, cujo acórdão, relatado pelo Ministro Sepúlveda Pertence, afastou a incidência do disposto no art. 1º-D, da Lei 9.494/97, com redação dada pela MP. 2.180-34, de 24/08/2001, para os casos de execução de pequeno valor, fixou honorários para a execução, nos exatos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

Inconformado, o INSS manejou recurso de agravo de instrumento, alegando que, 'na execução de título judicial, a fixação de honorários advocatícios somente é devida se opostos embargos'.

Ressaltou ainda o fato de o art. 1º-D, da lei 9.494/94, introduzido pela MP 2.180-35, de 24/08/2001, afastou a incidência de honorários advocatícios em execução não embargada contra a Fazenda Pública.

Em sede de decisão monocrática, Juiz Federal Conv. Marcus Orione, decidiu:"

(...)

O agravado então interpôs agravo interno sustentando que tanto o STF quanto o STJ (RE 420.816-PR) já pacificaram que, em se tratando de execução de pequeno valor, não é dado saber se a execução foi iniciada antes ou depois do advento da Lei 9.494/97, posto que os honorários são devidos nos exatos termos do art. 20, parágrafo 4º, do CPC.

No entanto, a decisão recorrida foi mantida, sob a mesma alegação:

(...)

Não houve, por parte daquele TRF qualquer menção ao fato de o STF e STJ terem pacificado que, em se tratando de execução de pequeno valor, pouco importa o fato de ter ela sido iniciada antes ou depois do advento da Lei 9.494/97, posto que os honorários são devidos, nos exatos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

O caso em tela amolda-se exatamente à figura do art. 105, III, 'c', da Constituição Federal, ou seja, no acórdão guerreado, o TRF 3ª Região, acolheu a tese defendida pelo INSS, segundo a qual, em razão disposto no art. 1º-D, da Lei 9.494/97 'não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas'.

Ocorre que, inúmeras e reiteradas são as decisões emanadas do Superior Tribunal de Justiça em sentido diametralmente oposto, ou seja, na esteira do que decidiu o STF (RE 420.816 -PR), em se tratando de execução de pequeno valor, como é o caso dos autos, os honorários advocatícios são devidos conforme o a

Superior Tribunal de Justiça

execução art. 20, § 4º, do CPC., ou seja, independentemente ser embargada ou não. Confira-se:

(...)

Extrai-se de forma clara a divergência de decisões sobre o mesmo tema. Enquanto o TRF 3ª entende que a após o advento da Lei 9.494/97, com redação da MP 2.180-35 é impossível o arbitramento de honorários em execuções de sentença, o STJ deixa claro que, em se tratando de execuções de pequeno valor, os honorários são devidos, independentemente de terem início antes ou depois do advento da Lei 9.494/97.

O que importa, portanto, é saber se a execução é de pequeno valor (RPV). Em caso positivo, como é o caso dos autos, os honorários são devidos e ponto final.

Realizado, pois, o cotejo analítico entre os acórdãos paradigma e impugnado, não há dúvida, quanto à divergência de interpretação entre os tribunais para o mesmo dispositivo de lei federal, a ensejar a admissão do recurso especial (art. 105, III, 'c', da C.F.).

Para efeito de cumprimento do disposto no art. 255, § 1º, 'b', do RISTJ, o recorrente anexa o inteiro teor do julgado paradigma, acima mencionado, o qual foi capturado no site do próprio STJ, a demonstrar sua autenticidade e origem fidedigna.

NÃO HÁ, OBVIAMENTE, PRETENSÃO DE REEXAME, POSTO QUE A MATÉRIA É UNICAMENTE DE DIREITO. O PLEITO PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS POR SI SÓ JÁ DEMONSTRA O PREQUESTIONAMENTO DA QUESTÃO, UMA VEZ QUE, SABIDAMENTE, SEGUNDO STF e STJ, O DISPOSTO NO ART. 1º-D, DA LEI 9.494/97 NÃO SE APLICA ÀS EXECUÇÕES DE PEQUENO VALOR" (fls.64/69e).

Requer, ao final, que o presente Agravo seja recebido e provido, com a reforma da r. Decisão agravada e o consequente conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi inadmitido na origem (fls. 86/87e), advindo o presente Agravo (fls. 89/93e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"Trata-se de **agravo legal interposto por ARMANDO**

FRANCISCO DA SILVA, na forma do artigo 557, § 1º, do CPC, contra decisão monocrática terminativa proferida pelo Excelentíssimo Juiz Federal Convocado Marcus Orione, que deu provimento ao presente agravo de instrumento, pelo qual o INSS objetiva a reforma daquela proferida em primeira instância, que, em sede de execução de sentença, impôs à autarquia o pagamento de honorários advocatícios, independentemente da interposição de embargos.

Em suas razões, o agravante sustenta que 'o que está em discussão não é o fato de a execução ter sido iniciada antes ou após o advento da Lei 9.494/97, mas sim a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 420.816 -PR, segundo o qual, em se tratando de execuções de pequeno valor (até 60 salários mínimos), os honorários são devidos nos exatos termos do art. 20, parágrafo 4º, do CPC' (fls. 33). Aduz, que, consoante entendimento já pacificado no STF e no STJ, sendo o valor da execução igual ou inferior a 60 salários mínimos, são devidos os honorários advocatícios, pouco importando se foi iniciada antes ou após o advento da Lei 9.494/97. Afirma que, no presente caso, o montante executado é inferior a 60 (sessenta) mínimos, sendo devidos, portanto, os honorários advocatícios fixados pelo Juízo a quo.

Pleiteia, dessa forma, o juízo de retratação ou, em caso negativo, o julgamento do presente recurso pelo órgão colegiado competente na forma regimental, a fim de que seja negado provimento ao agravo de instrumento.

Trata-se de agravo legal interposto contra decisão monocrática que deu provimento ao presente agravo de instrumento, pelo qual a autarquia objetiva a reforma daquela proferida em primeira instância, que, em sede de execução de sentença, impôs à autarquia o pagamento de honorários advocatícios, independentemente da interposição de embargos.

Registro, de início, que 'Esta Corte Regional já firmou entendimento no sentido de não alterar decisão do Relator, quando solidamente fundamentada (...) e quando nela não se vislumbrar ilegalidade ou abuso de poder, a gerar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte' (Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 2000.03.00.000520-2, Relatora Desembargadora Federal Ramza Tartuce, in RTRF 49/112).

Com vistas a essa orientação não vislumbro qualquer vício no decisorio arrostado a justificar a sua reforma.

A respeito, reitero as razões já expostas na própria decisão

Superior Tribunal de Justiça

monocrática:

(....)

Anoto que nesse mesmo sentido é o entendimento adotado nesta Corte, consoante os seguintes julgados:

(...)

Em consequência, mantenho a decisão recorrida.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo legal" (fls.53/60e).

Como se observa da leitura dos trechos acima transcritos, a alegação de que o acórdão recorrido decidiu, em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior e, com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, firmado no RE n. 420.816/PR, no sentido de que "em se tratando de execução de pequeno valor, como é o caso dos autos, os honorários advocatícios são devidos conforme o art. 20, § 4º, do CPC, ou seja, independentemente de a execução ser embargada ou não" (fl. 66e), não foi objeto de discussão, ainda que implicitamente, pelo Tribunal **a quo**.

Desse modo, em não havendo sido apreciadas as alegações suscitadas, à luz dos dispositivos tidos por violados, deveria a parte ter oposto Embargos Declaratórios no Tribunal de origem. Persistindo a omissão, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 535 do CPC/73, atual, 1.022 do CPC/15 e, não, insistir na tese recursal. **Incide**, assim, por analogia, o **óbice da Súmula 282 do STF**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 1º, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282, 356 E 284 DO STF.

1. Não há de se falar de violação do art. 557, § 1º, do CPC/73 quando o colegiado mantém a decisão por não haver comprovação de efetivo prejuízo da parte.

2. As matérias referentes aos dispositivos tidos por contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável

prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 461.849/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

Ademais, em confronto com os termos do acórdão recorrido, verifica-se que a parte recorrente manifestou seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos outros, não relacionados ao decidido.

Assim, **furtando-se a parte ora recorrente de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão guerreado, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283/STF**, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles", **eis que as razões recursais estão dissociadas do fundamento em que se pautou o acórdão recorrido, incidindo, também, a Súmula 284/STF**, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

2. **Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em**

recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF, por analogia: 'Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal' (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015. Recurso ordinário não conhecido" (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. **RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.** COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. **A mera e genérica reiteração dos argumentos desenvolvidos na petição inicial ou a simples transcrição de trechos da decisão recorrida, sem que o recorrente indique ou especifique as razões de sua discordância com o julgado, não são suficientes para o conhecimento do recurso.**

2. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no RMS 36.275/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 28/06/2013).

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da parte recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, **impugnando os fundamentos da decisão recorrida**, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório. Não basta repetir as razões já expendidas, seja na petição inicial, seja no recurso anterior, ou limitar-se a infirmar, genericamente, o **decisum**. **É preciso que o Recurso Especial**

impugne, dialogue, combata, enfim, demonstre o desacerto do que restou decidido.

A propósito, a lição de NÉLSON NERY JR (in *Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos*, 2ª ed., Revista dos Tribunais, p. 154), **in verbis**:

"Entendemos que a exposição dos motivos de fato e de direito que ensejaram a interposição do recurso e o pedido de nova decisão em sentido contrário à recorrida, são requisitos essenciais e, portanto, obrigatórios. A inexistência das razões ou de pedido de nova decisão acarreta juízo de admissibilidade negativo: o recurso não é conhecido. (...) Vige, no tocante aos recursos, o princípio da dialeticidade (...). Segundo esse princípio, o recurso deverá ser dialético, discursivo. O recorrente deverá declinar o porque do pedido de reexame da decisão. (...) O procedimento recursal é semelhante ao inaugural de uma ação civil. A petição de recurso é assemelhável à peça inaugural, devendo, pois, conter os fundamentos de fato e de direito e o pedido. Tanto é assim, que já se afirmou ser causa de inépcia a interposição de recurso sem motivação. (...) O recurso se compõe de duas partes distintas sob o aspecto de conteúdo: a) declaração expressa sobre a insatisfação com a decisão (elemento volitivo); b) os motivos dessa insatisfação (elemento de razão ou descritivo). Sem a vontade de recorrer não há recurso. Essa vontade deve manifestar-se de forma inequívoca, sob pena de não conhecimento. **Não basta somente a vontade de recorrer, sendo imprescindível a dedução das razões (descrição) pelas quais se pede novo pronunciamento jurisdicional sobre a questão objeto do recurso. As razões do recurso são elemento indispensável para que o tribunal, ao qual se o dirige, possa julgá-lo, ponderando-as em confronto com os motivos da decisão recorrida que lhe embasaram a parte dispositiva**".

Assim, à míngua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.**

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

Superior Tribunal de Justiça

I.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

